

Ata da 135^a Reunião do CEPHA,
realizada em 26/05/2009.

Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e nove, às 16:00 horas, reuniu-se o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, em sua centésima trigésima quinta reunião, na sala de reuniões do pavimento térreo da SEEC, situada à Rua Ébano Pereira, 240. Presentes à reunião a Sra. Secretária de Estado da Cultura e Presidente deste Conselho, Vera Maria Haj Mussi Augusto, e os seguintes conselheiros: José Ha Partina Filho, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Tereza Urban, João José Bigarella, Paulo Sidney Feraz, Ana Cláudia Graf, Rogério Luiz Tonetti, José Casillo, Herson Rangel Aranda, João Batista Lampre e Ana Lúiza F. Salles. Justificaram a ausência os conselheiros, Alceu Maren, Sérgio Luiz Lordoni, Eduardo Salamuni, Luiz Alberto Klima, Sérgio Leoni e Oldemar Blasi. Foram convidados a participar da Reunião os Senhores, Emerson Cooper Laelho, Superintendente Regional Interino do DNIT Paraná, Ricardo Martins de Barros, superintendente e Márcio José Iozzo, técnico responsável pelas obras na Estrada da Graciosa, ambos do DER SReste e o Dr. Luiz Mussi, Secretário Especial do Governo. A Secretaria de Estado da Cultura, Professora Vera Maria Haj Mussi Augusto, deu início à reunião, passando a leitura e discussão da ata da reunião anterior, extraordinária, a qual foi aprovada por todos os presentes. Na sequência, passou-se ao primeiro item da pauta, pareceres sobre processos de tombamento da Capela de São Bonifácio, em Maringá, Observatório Astronômico de Ponta Grossa, Atas da Câmara de Campo Mourão e Fábrica de Papel de Grapoti. Como nenhum dos Senhores Conselheiros pode relatar, a discussão foi adiada para a próxima reunião. Passou-se ao segundo assunto da pauta sobre as intervenções na Estrada da Graciosa. Dr. Ricardo Barros fez uso da palavra para informar que o DER tem responsabilidade pela via e pela sua conservação e que fará constantemente a recuperação

de trechos da estrada, que mantém o paisagismo escultante, recupera a área com paralelepípedos bem como trechos já asfaltados, que pela estrada trafegam apenas ônibus de linha e que encaminhou à SEEC / CEPHA, um documento solicitando a anuência para a Execução do Programa de Conservação Periódica de Pavimentos com Base no Sistema de Administração da Manutenção - COPPA-SAM, na rodovia PR 410, trechos BR 116 - São João da Graciosa - entroncamento PR-408. Este documento foi encaminhado nessa reunião ao conselheiro Paulo Sidney Correiro Ferraz, para parecer. O conselheiro pediu a palavra para esclarecer e informar sobre reunião realizada na SETU, com a presença de vários órgãos da administração pública entre eles a Polícia Rodoviária, a SEMA e o IAP, a SEEC, SETR e o DER, para que organizados, trabalhem em consonância e que será realizada uma reunião entre secretários de Estado para deflagrar o processo e atribuir responsabilidades, instituindo-se um Plano de Gestão para a área. Relatou ainda que a estrada da Graciosa está inserida na área do Tombamento da Serra do Mar, que acontecem acidentes com muita frequência, com diferentes causas, pisos derrapantes, tráfego intenso, veículos de grande porte, entre outros. A ausência de segurança rodoviária é muito sentida e com a recente decisão para que a Polícia Rodoviária Federal assuma as rodovias federais no Estado, será possibilitada a liberação de policiais para a fiscalização nas estradas estaduais; desta forma deverá ser criado mais um posto na Graciosa para melhorar a fiscalização; que trafegam ônibus de grande porte, com muita frequência, causando acidentes e prejudicando a estrada. O conselheiro La Pastina sugeriu que, neste programa, se recuperem os quiosques e paisagismo que foi objeto de projeto.

de sua autoria há 30 anos atrás. Carlos Mares fez uso da palavra para deixar bem distintas as atribuições: sobre a conservação da estrada é responsável o DER, sobre a conservação do Meio Ambiente é responsável a SEMA e sobre o Tombamento é responsável a SEEC; que a Estrada da Graciosa é uma responsabilidade dos Estados do Paraná e que deverá ser envolvida a Secretaria do Planejamento. Esclareceu ainda que a gestão da estrada não deve ser da SEEC esta, devido aos tombamentos deverá ser sempre consultada. Sugeriu que as secretarias de Estados envolvidas se reunam, para estabelecer a Gestão e a SEPLAN deverá fazer a coordenação geral. A Conselheira Ana Cláudia Graf reforçou a falta de uma Normativa de Uso, que quando houver, antes de ser implantada seja aprovada pelo CEPHA / SEEC. A Conselheira Tereza Urban viu a necessidade da revisão de critérios e sugeriu que se considerem as experiências de gestão de outras áreas de conservação, como Ilha Rasa, Ilha da Graciosa, por exemplo, que tem um Conselho Gestor. Encerrado este assunto passou-se ao 3º item da pauta: BR 101-DNIT, representado pelo Sr. Emerson Cooper Coelho, Superintendente Interino do Paraná, que fez uso da palavra para informar que a BR 101 no trecho do Paraná não existe, mas que faz parte do Plano Pluriannual do Governo Federal. Que a Superintendência do Paraná, consultou o CENTRAN, que não há nada muito objetivo com relações a este projeto, tendo-se apenas iniciado as discussões. Que neste ano serão retomadas as negociações para o desenvolvimento dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental. Que a BR 101, segundo sua visão, só trará benefícios ao litoral. Porém sabe que do ponto de vista ambiental a sua realização será difícil. Há alternativas para desviar totalmente de Guararema e afastá-la do morro de Guaratuba. Há estudos para agilizar o Porto de

Ponta do Paraná é para a construção de um aeroporto de cargas. A rodovia passará necessariamente por uma área do Parque Nacional, Saint Hilaire - Roberto Ribas lange e por áreas de mangue. Encurtará os trajetos em 100 km, será todo em nível, de Garuva até Paranaquá, havendo ainda a duplicação de parte do trecho Aleixo Matinhos.

Para o DNIT é fundamental abrir a discussão do ponto de vista ambiental. O Conselheiro João Batista Campos, esclareceu que desde 1983 - 1984 já se discute a BR 101. Que há uma grande manifestação dos ambientalistas contra a estrada; que é preciso avaliar o impacto versus a questão econômica. Mares de Souza declarou ser esta uma das grandes preocupações que se tem. Alia-se aos ambientalistas contra esta ideia e lamenta que o Governo Federal retorne esta discussão, sem a acordância do Governo do Paraná. A Conselheira Teresita Urban considerou esta discussão uma abstração e inoportuna, pois não há elementos para se considerar o papel do CEPHA é discutir a relação entre os bens protegidos pelo tombamento e as intervenções. O Conselheiro Professor Bigarella fez diversas considerações sobre os estudos dos segmentos submarinos da Baía de Paranaquá, da bacia de drenagem da Serra do Mar, a qual exige a manutenção da vegetação para evitar assoreamento. Flertou sobre a importância de olhar para o que seria mais econômico ao Estado, observou o plantio de bananeiras ao longo da BR 277, no talude, a invasão de casas na área onde será a ferrovia, que gradativamente está sendo ocupada. Pensar no que é mais vantajoso, se construções novas ou a melhoria das condições das coisas já existentes. A preocupação deve se dar não somente com relação ao meio ambiente, mas também com a economia. Paulo Sidnei também alertou para que a preocupação com esta região, seja também pelos muitos sítios de interesse

cultural e ambiental que ali se localizam. Ana Cláudia Graf informou que, pela PGE, acompanha o licenciamento do Porto e que há consenso entre o IBAMA, o MPF e o MPP com relações a que não há como haver um licenciamento do porto sem causar impacto à estrada. Sugeriu ao DNIT que faça uma consulta ao Instituto Chico Mendes e ao Ministério do Meio Ambiente. A conselheira Ana Luisa Salles, manifestou -se dizendo que a proteção da Serra do Mar é uma grande conquista política deste conselho e de muitos dos conselheiros presentes; que a Jureia está preservada pela não existência de uma estrada. Professor Bigarella ainda acrescentou que a pesca deve ser considerada como um fator de relevante importância, pois as baías são o seu berçário e a pesca no litoral do Paraná diminuiu muito devido à poluição das baías de Paranaguá e de Guaratuba. Lembrou do processo rentável que é a criação de ostras e mais uma vez insiste que se deve explorar e melhorar o que já existe. O Sr. Emerson Cooper Belho, do DNIT, usou da palavra para concluir que, o DNIT, na qualidade de gestor, deverá fazer um estudo de viabilidade. Se o conjunto da sociedade decidir que não é viável, paralisa - se o projeto e pensa - se em outra alternativa. Após esta manifestação encerrou - se este assunto da pauta. O Dr. Presidente seguiu com a reunião, encaminhando ao Conselheiro Everson Franda o documento enviado ao CEPHA pelo Sr. Luiz Mussi, sobre o Jockey Clube do Paraná, que deverá analisá -lo para a próxima reunião. Passou - se os últimos assunto da pauta, sobre a Ponte Preta. O Conselheiro Paulo Sidnei Carriero Ferraz, relator de documentos anteriores, recebeu com antecedência a carta resposta do IPPUC às considerações já aprovadas por este Conselho com relação à solicitação de elevação da ponte tombada. Dr. Paulo Sidnei resumiu suas considerações

lembrando que esta ponte é um patrimônio cultural
 não só pela obra em si, mas pelo sistema construtivo
 pioneiro, iniciado aqui no estado do Paraná; é um
 processo de engenharia pioneira. Questiona também
 porque fazer um investimento de mais de cem mil reais,
 se existem muitas alternativas para protegê-la, sendo
 a principal delas a sinalização. A informação será
 enviada ao IPPUC para que se encerre esta questão. Pas-
 sar-se aos outros assuntos; A conselheira Tereza Urban
 solicitou o apoio do CEPHA para intervir na proposta
 de construção de uma usina hidrelétrica, a aproxi-
 madamente 700 m do Parque Nacional do Iguaçu. O Estado
 do Paraná já teve muitas perdas. Pele que haja uma
 manifestação junto à UNESCO e aos Icomos. Que parte
 do CEPHA a comunicação sobre a preocupação com a
 preservação deste patrimônio natural e cultural da
 humanidade. Tereza deverá providenciar uma minuta
 desta manifestação para que a SEEC/CEPHA faça os
 devidos encaminhamentos. Na Pastina distribuiu o
 Boletim do IPHAN SR-PR. Ana Lúiza informou e con-
 siderou a fechada para a "Reabertura do Museu de Arqueologia",
 no final de julho corrente, após longo período de obra de
 restauração e adequação museológica. Tereza Urban con-
 siderou para um happening nos dias 3, 4 e 5 de junho, por
 ocasião da Semana do Meio Ambiente, que acontecerá ao longo
 da Rua XV de Novembro, em Curitiba, com a exposição de troncos
 de araucárias, abatidos e apreendidos no estado. Nada mais
 havendo a constar, a Senhora Secretária de Estado da Cultura
 e Presidente do CEPHA deu por encerrada a reunião e eu, Re-
 senna Parchen, Secretária Executiva deste Conselho, lavrei a presente
 ata que vai assinada juntamente e por todos os conselheiros
 presentes à próxima reunião.

ESTA PÁGINA FOI ANULADA E AS INFORMAÇÕES CONTIDAS

NELA, REVISADAS, ESTÃO NO VERSO DESTA PÁGINA.

14/09/09

lembra que esta ponte é um patrimônio cultural não só pela obra em si, mas pelo sistema construtivo pioneiro, iniciado aqui no estado do Paraná, é um processo de engenharia pioneiro. Questiona também porque fazer um investimento de mais de cem mil reais, se existem muitas alternativas para protegê-la, sendo a principal delas a sinalização. A informação será enviada ao IPPUC para que se encerre esta questão. Passou-se aos outros assuntos; A conselheira Tereza Urban solicitou o apoio do CEPHA para intervir na proposta de construção de uma usina hidrelétrica a aproximadamente 700 m do Parque Nacional do Iguaçu, alertando que o projeto recebeu licença prévia do IAP. Ressalta que o Parque Nacional do Iguaçu foi o primeiro Patrimônio da Humanidade do país, que é o maior parque de Mata Atlântica Nacional e que somado à Argentina torna-se uma floresta. A usina será de natureza privada, e o fato de se ter dado a licença prévia sem analisar o contexto de toda a bacia, comprometerá a área do bairro Iguaçu. O Estado do Paraná já teve muitas perdas. Pede que haja uma manifestação junto à UNESCO e aos Icomos. Que parte do CEPHA a comunicação sobre a preocupação deste patrimônio cultural da humanidade. Tereza deverá providenciar uma minuta desta manifestação para que a SEEC/CEPHA faça os devidos encaminhamentos. Na Pastina distribuiu o Boletim do IPHAN SRP. Ana Lúiza informou e convidou a todos para a "Reabertura do Museu de Arqueologia", no final de julho corrente, após longo período de obra de restauração e adequação museológica. Tereza Urban convidou para um happening nos dias 3, 4 e 5 de junho, por ocasião da Semana do Meio Ambiente, que acontecerá ao longo da Rua XV de Novembro, em Curitiba, com a exposição de troncos de araucárias, abatidos e apreendidos no estado. Nada mais havendo a constar, a Senhora Secretária de Estado da Cultura

Presidente do CEPHA deu por encerrada a reunião e eu, Rosina Parchen, Secretária Executiva deste Conselho, lamentei a presente ata que vai assinada por mim e por todos os Conselheiros presentes à proxima reunião.

José La Pastina Filho.

Oldemar Blasi
Paulo José Bigarella
Paulo Sidnei Ferraz
Ana Cláudia Graf
Vera Mussi Augusto
Aleándio Gómez
Fánel

Ata da 136ª Reunião do CEPHA, realizada em 11/08/2009.

Nos onze dias do mês de agosto de dois mil e nove, às 16:00 horas, reuniu-se o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, em sua centésima trigésima sexta reunião, na sala de reuniões do pavimento térreo da SEEC, situada à Rua Ébano Pereira, 240. Presentes à reunião a Sra. Secretária de Estado da Cultura e Presidente deste Conselho, Vera Maria Haiz Mussi Augusto, e os seguintes conselheiros: José La Pastina Filho, Roseli Boschilia, Oldemar Blasi, Eduardo Salameini, João José Bigarella, Paulo Sidnei Ferraz, Ana Cláudia Graf, Thewerson Rangel Franda e Ana Luisa F. Sallas. Justificaram a ausência os conselheiros, Rogério Luiz Tonetti, Alceu Maron, João Casillo, Sérgio Luiz Lordoni, Luiz Alberto Kleina, Sérgio Leoni, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Maria Tarcisa Bega e Tereza Urban. Foram convidados a participar da Reunião os Senhores Roberto Hasemann, presidente do Jockey Club do Paraná e o Dr. Vitorio, da diretoria da instituição. A Secretaria